

A. I. N° - 279466.0031/02-0
AUTUADO - FRUTAS JESSIBELLA AGRO COMERCIAL LTDA.
AUTUANTE - PAULO SÉRGIO BORGES SANTOS
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 18. 09. 2002

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0331-04/02

EMENTA: ICMS. ISENÇÃO. FRUTAS. OPERAÇÃO DESTINADA A ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. As operações de saídas de frutas *in natura* destinadas à industrialização não são amparadas por isenção. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 31/03/02 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige ICMS, no valor de R\$ 648,00, referente à operação com mercadorias tributadas, caracterizadas como não tributadas. Refere-se a 600 caixas de goiabas encaminhadas para indústria localizada no Estado de Sergipe.

O autuado apresentou defesa tempestiva e alegou que vende seus produtos, *in natura*, em sua fazenda, aos motoristas e caminhoneiros que para lá se dirigem para consumo e revenda. Assevera que desconhecia que os produtos (goiabas) constantes na Nota Fiscal nº 537 fossem destinados à industrialização, embora o documento fiscal tenha sido emitido em nome da Frutasa S/A., por solicitação do transportador. Diz que não teve nenhum contato com essa empresa para fornecer os seus produtos àquele estabelecimento. Ao final, solicita que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

Na informação fiscal, o autuante diz que a isenção prevista no art. 14, I, do RICMS-BA/97 só é cabível quando a fruta *in natura* não é destinada à industrialização. Frisa que, no caso em tela, a mercadoria está destinada a uma indústria e que não há destaque do imposto. Ao final, solicita a procedência da autuação.

VOTO

De acordo com a Nota Fiscal nº 537 (fl. 8), constata-se que o autuado efetuou saída de 600 caixas de goiabas com destino a estabelecimento industrial (Frutasa S/A), localizado no Estado de Sergipe, sem destaque do imposto. Essa operação, por força do disposto no artigo 14, I, do RICMS-BA/97 é tributável, pois a isenção não beneficia as saídas de frutas destinadas à industrialização. Dessa forma, o autuado deixou de pagar o imposto referente a uma operação de saída de mercadorias tributadas, a qual foi considerada como não tributada.

Visando elidir a acusação, o autuado afirma que não era do seu conhecimento que as frutas vendidas seriam destinadas a estabelecimento industrial. Todavia, esse argumento defensivo não pode ser acatado, pois a responsabilidade por infração relativa ao ICMS independe da intenção do agente ou beneficiário, conforme o art. 911, § 1º, do RICMS-BA/97. Do mesmo modo, não pode ser acatada a alegação defensiva de que só efetuava vendas para consumo e revenda, uma vez que a

Nota Fiscal nº 537 é uma prova de que o autuado também efetuava operações de saídas destinadas a indústrias.

Em face do comentado, entendo que a infração está caracterizada, que assiste razão ao auditor fiscal e que é devido o valor cobrado na autuação.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **279466.0031/02-0**, lavrado contra **FRUTAS JESSIBELLA AGRO COMERCIAL LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 648,00**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de setembro de 2002.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANSELMO LEITE BRUM - JULGADOR